

A água e o vinho

Embora outra fosse a sua intenção, o senador Antonio Carlos Magalhães fez ao presidente Fernando Henrique o maior elogio a que pode aspirar um chefe de Estado eleito democraticamente, que procura pautar os seus atos acima de tudo pelo que entende ser o interesse nacional. O elogio involuntário está contido no argumento do senador, segundo o qual a popularidade do presidente continuará baixa se ele não elevar o salário mínimo ao nível apregoado pelo PFL – o equivalente a US\$ 100. “Não adianta fazer obras”, emendou ainda Antonio Carlos, o ex-prefeito de Salvador e ex-governador da Bahia, cujas numerosas realizações foram, por sinal, decisivas para transformá-lo no político mais popular, quem sabe, da história de seu Estado.

O senador está absolutamente certo: se o presidente da República, com uma canetada, aumentasse o piso salarial para algo próximo a R\$ 180, a sua popularidade dispararia, principalmente entre os mais de 12 milhões de aposentados que recebem não mais de R\$ 136 por mês do INSS e os milhares de funcionários municipais que ganham outro tanto apenas. O presidente Fernando Henrique pode não ter nem a experiência, nem o profissionalismo político de Antonio Carlos Magalhães, que de tais atributos se vale para fazer o que, a seu juízo, a oposição não consegue, por ser “muito dispersa e amadora” – atazarar o governo,

não obstante o senador pertencer a um partido que integra esse mesmo governo, não só tendo ajudado a elegê-lo duas vezes, como ainda constituindo peça-chave na sua base de sustentação parlamentar.

Mas o presidente, que entrou para a política quando o senador baiano já estava em altos escalões do poder, ainda assim não há de precisar que lhe ensinem o caminho da popularidade, se esse fosse o seu objetivo maior, a alcançar por quaisquer meios: bastaria, como fazem os políticos convencionais, dizer “sim” às demandas populares, fossem quais fossem os efeitos negativos dessa decisão que ele considera, apropriadamente, uma irresponsabilidade. Em essência, a coragem de dizer “não”, quando o “sim” seria confortável para si e desastroso para o País (sem excluir nem os seus beneficiários a curto prazo), é o que torna o presidente Fernando Henrique uma figura singular na vida política brasileira, tão profundamente marcada pelo oportunismo, a demagogia e a retórica fácil dos “tribunos da plebe”, que mal escondem os seus compromissos de fundo com as próprias ambições.

No Brasil, um governante eleito pelo voto popular que se recusa a sacrificar princípios

EX-LIBRIS
BERNARDO GREGÓRIO EM 1876

e convicções – e, principalmente, aquilo que considera o interesse nacional – em troca de pontos favoráveis nas pesquisas de opinião é, infelizmente, uma raridade – merecedor, portanto, de elogios deliberados, e não inadvertidos, como o do senador Antonio Carlos. Tudo isso que estamos afirmando foi confirmado pelo comportamento do presidente Fernando Henrique, ao receber os líderes das

três maiores confederações sindicais brasileiras: Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, da CUT; Paulo Pereira da Silva, da Força Sindical; e Canindé Pegado, da CGT. Diante desses interlocutores, que representam a esmagadora maioria da população sindicalizada e cuja influência, por isso mesmo, nenhum político profissional deixa de levar em conta, Fernando Henrique não apenas reiterou sua objeção às propostas de aumento do mínimo acima dos R\$ 151 estabelecidos pelo governo, como anunciou que vetará qualquer decisão do Congresso que ultrapasse esse valor. A não ser que se encontrem os recursos que impeçam que um aumento como o desejado pelos sindicalistas desmantele tudo o que já se conseguiu em termos de saneamento das contas públicas e que é o que está permitindo a reto-

mada do crescimento econômico, que se continuar em ascensão trará de volta ao presidente toda a popularidade que gozou no auge do sucesso do Plano Real.

A firmeza e a consistência de estadista demonstradas pelo presidente, em defesa de uma das mais impopulares decisões que um governante brasileiro pode tomar, produziram uma reação também inusitada. Nenhum

Popularidade autêntica advém da coragem de fazer o que é necessário

dos sindicalistas saiu do encontro dizendo, por exemplo, que o salário mínimo adotado por Fernando Henrique “pode matar o trabalhador”, como se permitira afirmar o senador Antonio Carlos Magalhães. Vicentinho, o mais radical dos dirigentes sindicais, de quem talvez se pudesse esperar uma catilinária contra o governo, comentou sensatamente que “é lógico” que ele e o presidente não se entenderam – mas, apesar disso, observou, a conversa tinha sido “muito boa”.

Quanto ao senador Antonio Carlos Magalhães, também prestou um serviço inestimável ao País ao mostrar-lhe com clareza a diferença entre a água e o vinho na cena política brasileira.